

MULHERES MIGRANTES CEARENSES: COMO ESTÃO OCUPADAS

Francisco Lucas do Nascimento Pereira¹

Silvana Nunes de Queiroz²

Ricardo Monteiro de Carvalho³

Resumo: As migrações internas figuram como um dos fenômenos sociais importantes para a redistribuição espacial da população e formação urbano-industrial do Brasil e do Ceará. Nesse sentido, o objetivo principal deste estudo é analisar a inserção ocupacional das mulheres emigrantes do Ceará nas 26 Unidades da Federação do país e no Distrito Federal, entre os quinquênios de 2010/2015, dado que até o presente momento não se conhece estudos sobre o tema. Para o alcance desse objetivo, os microdados da amostra da PNAD 2015 é a principal fonte de informação. Os principais resultados mostram que a emigração feminina cearense totalizava 42.449 mulheres, sendo a região Sudeste a mais atrativa, mantendo a tendência das migrações de longa distância para os grandes centros econômicos. Quanto à condição de ocupação, a maioria possui carteira de trabalho assinada, em atividade de alojamento e alimentação, com jornada de trabalho de 40 a 44 horas e rendimento entre 1,0 a 1,5 salário mínimo.

Palavras-chave: Mulheres; Ceará; Migrações; Mercado de trabalho.

MIGRANT WOMEN FROM CEARÁ: HOW BUSY THEY ARE

Abstract: Internal migrations appear as one of the important social phenomena for the spatial redistribution of the population and urban-industrial formation of Brazil and Ceará. In this sense, the main objective of this study is to analyze the occupational insertion of women emigrants from Ceará in the 26 Federation Units of the country and in the Federal District, between the five-year period of 2010/2015, given that to date there are no known studies on the theme. To achieve this objective, microdata from the PNAD 2015 sample is the main source of information. The main results show that female emigration from Ceará totaled 42.449 women, with the Sudeste (southeast) region being the most attractive, maintaining the trend of long-distance migration to large economic centers. As for employment status, the majority have a formal employment contract, working in accommodation and food services, with a working day of 40 to 44 hours and income between 1.0 and 1.5 minimum wage.

Keywords: Women; Ceará; Migrations; Work; Job market.

¹ Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Email: lucaspereira@gmail.com

² Professora Adjunta do Departamento de Economia pela Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: silvana.queiroz@urca.br

³ Mestrando em Demografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Email: ricardo.monteiro@ufrn.edu.br

INTRODUÇÃO

No Brasil, os movimentos migratórios internos acontecem há longa data, manifestados desde o período colonial e se intensificam com o processo de industrialização, a partir dos anos de 1930. Pode-se dizer que tais movimentos aconteceram, senão toda, mas boa parcela por razões econômicas, devido as desigualdades regionais (Queiroz; Santos, 2011). Assim, as migrações internas figuram como um dos fenômenos sociais importantes para a redistribuição espacial da população pelo território nacional e formação urbano-industrial do Brasil e do Ceará. Com isso, a partir da década de 1970, cresce a produção de estudos que buscam entender as causas e os motivos da mobilidade populacional brasileira (Singer, 1987).

Brito (2009) enfatizou que o entendimento das transformações no cenário político e econômico brasileiro é de grande importância para a compreensão do processo migratório, de forma inicial pela chegada de pessoas oriundas de outras nações e, posteriormente, por volumosas trocas internas entre regiões e estados do país. Diante de tal contexto, é de grande importância ressaltar que os movimentos migratórios foram, em parte, favoráveis ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil em algumas regiões, como o Sudeste e, em especial, o estado de São Paulo, a partir da década de 1930.

No período que segue a década de 1930 até a de 1950, enquanto o Sudeste introduz o processo de industrialização e posteriormente consolida a indústria pesada, a economia nordestina e cearense, sustentada por uma base econômica pouco diversificada e de baixa produtividade, com produção voltada principalmente para o comércio intrarregional e local, viu sua competitividade acirrada no tocante aos produtos agrícolas, como o açúcar e o algodão, perder mercado para o Sudeste, que a partir da modernização conseguiu diversificar e ainda ser importante produtor dessas culturas (Carvalho, 2009). Com isso, tornou-se evidente a posição que o Nordeste e o Ceará se encontravam, com a perda de mercado e dificuldade para escoar mercadorias e criar postos de trabalho.

No caso específico do Ceará, o cenário migratório desde 1930 era de expulsão, devido às características climáticas (seca), processo tardio de ocupação e concentração de terras, implicando em traços atroficos no âmbito político, econômico e sociodemográfico. Mas, sobretudo, durante o período 1950-1980, diversas ações fizeram com que as perdas migratórias fossem intensas e volumosas, uma vez que a concentração desequilibrada de riquezas no Sudeste do país despertou novos olhares/interesses, gerando uma divisão territorial de polos de atração e de expulsão da força de trabalho (Gaudemar, 1977; Rossini, 1986).

Entretanto, desde a década de 1980, o Ceará passa por transições no eixo político, econômico, social, institucional e sociodemográfico, com resultados que incidem positivamente sobre a queda nas suas perdas líquidas populacionais que se inserem no processo de mudança para essa Unidade da Federação, com aumento da migração de retorno e arrefecimento no volume das saídas (Queiroz, 2003; Ferreira, 2007).

Assim, no tocante ao Ceará, área geográfica de estudo deste trabalho, a partir da década de 1980, com a crise econômica que abalou o país e, durante os anos de 1990, com aumento do desemprego e da informalidade, o estado cearense seguiu na contramão, com crescimento econômico acima da média nacional e regional, gerando postos de trabalho formais. Diante dessa conjuntura favorável, as históricas perdas

líquidas populacionais se arrefecem, com destaque para a crescente importância da migração interestadual de retorno (Queiroz, 2003, 2013).

No entanto, estudos sobre a participação feminina no movimento migratório internacional, nacional, e notadamente cearense, é pequena. A participação delas nesse processo apesar de notória, e por serem donas de si e determinadas (Castro, 2006), estudos sobre a presença de mulheres na migração é limitado, devido ao pressuposto de que os homens eram os mais aptos a tomarem decisões de migrar, enquanto as mulheres eram donas de casa e responsáveis pelos afazeres domésticos e permaneciam na origem, enquanto o companheiro emigrava em busca de melhores oportunidades.

Desse modo, em sua maioria, as mulheres não estão presentes nos estudos migratórios, ficando invisíveis nas pesquisas produzidas (Assis, 2007). Diante desse cenário, cabe destacar que até o presente momento não se constata estudos específicos sobre a mulher migrante cearense e a sua inserção no mercado de trabalho de destino. Isto porque, através da revisão da literatura foi possível observar estudos sobre ser mulher-migrante, mas para outros estados do Brasil, e não para aquelas que emigraram do Ceará.

Diante de tal realidade, este estudo tem como principal objetivo analisar a inserção ocupacional das mulheres emigrantes cearenses nas 26 Unidades da Federação do país e no Distrito Federal, entre os quinquênios de 2010/2015. Para tanto, os microdados da amostra da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2015, é a principal fonte de informação. É preciso frisar que a PNAD 2015 é a fonte de dados secundária com informações mais recentes sobre o processo migratório interestadual.

Além desta introdução, este trabalho conta com mais quatro seções, no qual a segunda seção revisa, brevemente, o que aponta a literatura internacional e nacional sobre mulheres migrantes e sua inserção ocupacional. Por sua vez, a terceira seção aborda os procedimentos metodológicos, a quarta contempla a análise e discussão dos resultados, e a quinta e última seção, destaca as considerações finais.

MULHERES MIGRANTES E INSERÇÃO OCUPACIONAL

O principal objetivo dessa seção é contextualizar estudos na literatura internacional e nacional, acerca da migração feminina e sua inserção em postos de trabalho no local de destino.

O QUE APONTA A LITERATURA INTERNACIONAL

Morokvasic (1974), na década de 1970, foi uma das primeiras pesquisadoras a abordar a migração de mulheres. A autora constatou que, em geral, a razão para explicar o ato de migrar não é apenas uma resposta às questões sociais, como problemas conjugais e legislação social conservadora, mas diversos fatores econômicos e não econômicos despertam a decisão delas quanto à possibilidade de migrar à procura de melhores oportunidades.

Posteriormente, Phizacklea (1983) destaca algumas observações sobre as mulheres, que por tradição eram vistas fora da esfera pública e do mercado de trabalho, apresentando-se de forma invisíveis ou passivas em processos migratórios que acontecem há longa data. Assim, passou a destacar o crescente número de migração feminina nas relações multicausal, ou seja, grupos causados por motivações

políticas, trabalhadores qualificados, aposentados etc. A alta taxa de atividade econômica das mulheres imigrantes para os países da União Europeia provocou uma onda de debates feministas sobre a posição das mulheres nas relações da sociedade e de gênero, dado à invisibilidade delas na migração feminina até então.

Chant e Radcliffe (1992), em um estudo sobre migração e gênero, enfatizam que as mulheres têm mais pulso ao tomar a decisão de migrar com base na família, ao invés de migrar de modo individual. A decisão de mudar, muitas vezes, está relacionada ao desejo de ajudar a família. Mas o fluxo migratório por razões individuais também vem crescendo, bem como o desenvolvimento de pesquisas sobre migração, gênero e mercado de trabalho.

Jones (1993) apontou evidências de que o nível de escolaridade no status das mulheres e a exigência do mercado de trabalho influenciam as relações entre educação e o fluxo migratório, pois mulheres com um nível de escolaridade mais elevada têm suas decisões já formuladas para migrar de forma autônoma. Desse modo, para parte das mulheres que se deslocam para os grandes centros urbanos e com expectativa de inserção no mercado de trabalho, o nível de escolaridade afeta diretamente na profissão e remuneração.

Licuanan (1994) aborda o emprego e as condições de trabalho das mulheres migrantes, relacionando com os interesses econômicos e políticos dos países recrutadores, como o caso espanhol, a partir da transferência internacional de cuidados/cuidadores. Sendo assim, o ato de migrar e ser mulher requer atenção, uma vez que ao migrar para um país desenvolvido, a oportunidade de entrar no mercado de trabalho e de alcançar independência financeira está devidamente ligada ao conhecimento, grau de instrução e experiência passadas no local de origem.

O estudo de Kofman (2000) destaca a importância do papel da mulher na migração internacional, que não está apenas no aumento no número do fluxo migratório, mas também no ganho e contribuição para a vida econômica e social ao receber (país de destino) e enviar remessas para o país de origem. Assim, as mulheres migrantes, em geral, são sempre ativas no mercado de trabalho nos países de entrada e passam a gerar renda familiar para os países de origem. Contudo, em muitos casos, elas formam um grande número que chegam a um determinado país sem documentação necessária, e por isso podem sofrer com trabalhos mal pagos e discriminação racial.

Woo (2001), no estudo sobre ocupação da mulher migrante, menciona que o poder obtido através da experiência no mercado de trabalho nos Estados Unidos, depende do resultado dentro da incorporação. Isto é, uma vez inserida no posto de trabalho, a empresa contratante visa obter bons resultados, e se a mulher que participa desses fluxos conseguir ocupar uma vaga, cria-se as condições que possibilitam o desenvolvimento pessoal. Com isso, elas obtêm autonomia e reserva financeira para ajudar os seus dependentes no local de origem.

Ao investigar a migração internacional, Ballera (2002) observou o papel da mulher na migração na América Latina e suas causas. Constata que o impacto do processo da migração nas relações de gênero depende da situação antes de migrar de cada mulher e de sua origem cultural, relacionada aos costumes e políticas no local de origem. Desse modo, a autora enfatiza que a migração dos homens deixa muitas mulheres encarregadas da agricultura no lugar de origem e, por outro lado, existe a incorporação crescente delas no fluxo migratório e no mercado de trabalho, resultado do efeito da globalização, com consequências positivas, através da inserção em postos de trabalhos, e negativos relacionados aos problemas de acesso precário aos serviços básicos públicos, e a falta de informação sobre os direitos no local de destino.

Huang e Yeoh (2003) destacam a diferença no tratamento entre homens e mulheres migrantes no mercado de trabalho, onde esse processo migratório é marcado por exclusões e inclusões sociais que podem ser diferentes em países desenvolvidos ou não desenvolvidos. Assim, a questão do bem-estar social dos migrantes contratados está relacionada à questão de gênero, como por exemplo, em Cingapura, onde os trabalhadores do sexo masculino são 'privilegiados', enquanto as mulheres não recebem o mesmo tratamento, ficando invisíveis e controladas por uma sociedade altamente regulamentada pelos padrões e por suas políticas internas.

Arizpe (2004) constatou que o processo de migração afeta a configuração de identidade de gênero. Nesse sentido, as mulheres que deixam o México e emigram para os Estados Unidos, encontram mais liberdade e inserção em postos de trabalho que não tinham no local de origem, devido às crises econômicas e falta de oportunidades. E mesmo com todas as desigualdades e vulnerabilidade por ser migrante, a procura por emprego e inserção gera independência financeira no local de acolhimento. Além disso, elas têm, em sua maioria, como objetivo proporcionar uma vida melhor para as famílias que ficaram.

Mendoza (2005) reitera que o século XX compõe um período que marca uma mudança histórica no padrão de migração do México para os Estados Unidos, no qual estão relacionadas às diversas características e perfil de trabalhadoras e donas dos lares dispostas a deixar o local de origem para ingressar em outro país na busca de trabalho e, com isso, contribuir com a renda familiar dos parentes no país base. Dessa forma, o autor destaca que a presença feminina como agente do processo migratório está ficando cada vez mais presente, entretanto, como o número de mulheres que chegam aos Estados Unidos sem documentos é expressivo, isso as tornam mais vulneráveis e vítimas de diferentes tipos de abusos.

Contudo, Ghosh (2009) enfatiza que mesmo a mulher migrante altamente qualificada, têm resultados no mercado de trabalho menos favoráveis do que os homens migrantes, e a diferença de gênero no mercado de trabalhos tende a ser mais vantajoso entre a população nativa. Isto porque, em alguns países os salários das trabalhadoras são pagos baseado em seu país de origem, a exemplo de alguns países asiáticos, como Filipinas. Assim, são cada vez mais noticiados os diversos tipos de desigualdades presentes no fluxo de migração feminina e sua inserção ocupacional.

Lutz (2010) refletiu sobre a ausência de mulheres nos estudos teóricos e empíricos sobre migrações e enfatiza quatro tipos de razões explicativas: 1) a ordem dominante entre os séculos XIX e XX determinava apenas o enfoque nos homens que migravam; 2) escassez de investigadoras e teóricas feministas fez com que pouco fosse produzido sobre as experiências das mulheres nos fluxos migratórios. Segundo a autora, boa parte do gênero de quem produz conhecimento é de grande influência na escolha do objeto e sujeito estudado; 3) vistas apenas como seguidoras dos homens no processo migratório, as mulheres não foram muito notificadas nos estudos; 4) Por último, a própria modernidade e as transformações decorrentes explicam o pouco interesse em estudar o papel da mulher na migração. Isto porque, o fato delas não ocuparem um posto sociável e valorizado no mercado de trabalho, os estudos sobre esse fluxo ficaram em segundo plano.

No estudo sobre a América Latina, Cacopardo (2011) constatou que a migração é uma parte constituinte do desenvolvimento da formação do Estado e da sociedade, e as estatísticas mostram que um terço do fluxo migratório ocorrido entre os séculos XIX e XX era de mulheres.

Monreal, Povedando e Rodriguez (2012) destacam que muitas das causas que levam a mulher migrar do país de origem é uma maneira de fugir contra a pobreza,

exclusão social, falta de opção de emprego e inúmeras vezes pela violência doméstica. Nesse sentido, elas devem superar uma série de dificuldades antes de tomar a decisão de migrar, ao enfrentar todos os limites invisíveis e visíveis, ligados à tradição e aos costumes.

Gago (2014) analisou o fluxo migratório de mulheres migrantes na Argentina, apontando como classe trabalhadora invisível e com oportunidades limitadas aos seus direitos. Assim, o sexo, filiação étnica, nacionalidade e classe social, afetam de forma direta a vida de mulheres migrantes e dos seus descendentes. E desse modo, tem grande influência sobre as oportunidades oferecidas no mercado de trabalho e exclusão.

Por sua vez, Mezzadra e Neilson (2016) realizam uma abordagem acerca do comportamento do mercado de trabalho para mulheres migrantes, e concluíram que os empregos ocupados nas sociedades modernas mostram que a hierarquia de gênero é um elemento de grande importância da força de trabalho, como uma mercadoria no país de destino, onde o processo migratório feminino pode ocorrer por diversos fatores.

Assim, é cada vez mais evidente que as mulheres migrantes estão, pouco a pouco, conquistando espaço no mercado de trabalho e autonomia para decidir sobre migrar ou não para um novo país, com cultura que difere de sua origem. Ademais, constata-se que independentemente do fluxo, país de origem e de destino, as mulheres migrantes têm em comum a busca pela inserção no mercado de trabalho de destino. São capazes de deixar familiares e sua cultura, com a expectativa de crescimento pessoal, profissional e financeiro, muitas vezes alcançados e outras vezes não.

O QUE APONTA A LITERATURA NACIONAL

Esta seção trata do processo migratório feminino no Brasil, apesar de poucos estudos sobre a mobilidade feminina, o ato de migrar e os problemas enfrentados por elas nesse percurso são evidentes, devido aos problemas relacionados a preconceitos por ser mulher e migrante, salário inferior aos dos homens, condições precárias de trabalhos e inúmeras motivações que as levam migrarem em busca de serem inseridas no mercado de trabalho fora do local de origem/nascimento.

Diante disso, para Mata (1973), as migrações internas no Brasil tiveram um papel importante na recomposição espacial da população que se deu notadamente a partir da década de 1930. Assim, com o desenvolvimento e o crescimento das atividades produtivas e industriais nas grandes cidades, a população rural se deslocou para áreas urbanas, em buscas de melhores condições e oportunidades no mercado de trabalho, uma vez que o local de origem é carente de oportunidades, causando a expulsão de mulheres e notadamente de homens que tomam a decisão de migrar para tentar a vida em outro estado ou região de acolhimento.

Bassanezi (2012) destaca o pouco enfoque nas experiências femininas nos estudos de migração, e enfatiza que se justifica pela menor porcentagem de mulheres nos dados oficialmente computados em 1930. Consideradas sem experiências em deslocamentos e delicadas, eram estudadas como acompanhantes dos maridos. Entretanto, os estudos sobre migração feminina mais recente têm mostrado um crescimento na participação delas nesse processo. Dessa forma, a migração feminina é cada vez mais estimulada, pela procura de trabalho, independência financeira e para fugir da realidade econômica do local de origem.

Em um estudo específico sobre as mulheres migrantes no espaço fabril, entre os municípios do estado de São Paulo, a exemplo de Araraquara, Santos (1999) conclui que a presença feminina na ocupação era bastante nítida na década de 1950. Contudo, elas levavam trabalho de costura para casa. Tinha mulher migrante com experiência, outras com pouca ou nenhuma, sendo o aprendizado por meio da socialização, através de habilidades repassadas por outras mulheres.

Hall (2002) enfatiza que as migrantes têm forte vínculo com os lugares de origem e suas tradições, mas com uma nova visão de recomeço no lugar de destino, ao se adaptar a cultura do estado de acolhimento, mas sem perder completamente a sua identidade. Assim, migrar significa transitar por diferentes lugares e diversas culturas que podem despertar novas ideias e práticas sociais na vida daquelas que participam desse processo.

Em um estudo específico sobre a migração feminina nos estados brasileiros, Silva (2011) conclui que esse processo não é apenas um ato de migrar, mas se trata de um planejamento, pois elas planejam e traçam o seu percurso através de suas decisões. A autora enfatiza que ao longo dos anos é cada vez mais notório elas passarem a ter mais anos de estudos, maior decisão de trabalhar em outros municípios/estados e ter menos filhos. Assim, a participação feminina nesses fluxos migratórios é importante, principalmente para quebra de paradigmas e para serem notadas na dinâmica migratória.

Moura e Coelho (1975), em seus estudos sobre migrações para as grandes cidades do Nordeste, constataram a extrema juventude dos migrantes e o elevado fluxo de mulheres nesse processo, que estão cada vez mais donas de suas próprias decisões e encorajadas para migrar em busca dos grandes centros industrializados e urbanizados. Desse modo, as unidades de observação do Nordeste: Recife, Salvador e Fortaleza, nas décadas de 1960/70, tiveram um grande marco histórico para o período, com a troca migratória entre os estados, em especial Fortaleza, pela ocorrência da seca de 1970 na área rural, que fez com que homens e mulheres deixassem sua origem para se deslocarem para a capital e outras partes do Brasil, na esperança de melhores condições para ajudar quem fica.

Maia (2000) constatou que as mulheres solteiras são as mais propensas para migrar, pois elaboram um projeto migratório autônomo e tem como ponto de partida sua autonomia. Emigrar é uma resposta decorrente de suas necessidades enfrentadas no local de nascimento. As trocas migratórias de mulheres entre os estados brasileiros relacionam-se com as crises econômicas e o baixo desenvolvimento de sua região, que causa a expulsão delas para os grandes centros urbano-industrial, com maiores chances de inserção no mercado de trabalho de destino.

No estudo de Jacquet (2000), sobre empregadas domésticas em Fortaleza, foi observado o deslocamento de mulheres de áreas rurais para a capital cearense. A autora, com base na sua pesquisa de campo, constatou que esse deslocamento pode ser um novo recomeço no trajeto de vida dessas mulheres, com melhores oportunidades e maior chance de obter educação formal. Ainda que o trabalho doméstico tipifique como a ocupação predominante, a autora deixa evidências de que a inserção fora da sua cidade de origem, possibilita novos horizontes de aprendizados, a exemplo de regras de comportamento social, reforçando conquistas particulares do que aquelas em sua área de origem, devido à falta de oportunidades.

Lyra (2003), no seu estudo sobre a intensidade de trocas migratórias entre Pernambuco e São Paulo, observa que é bastante presente nesse processo, pernambucanas atraídas pelo histórico local e oportunidades de atuação no campo

de trabalho em São Paulo. Assim, motivadas e donas de suas escolhas, é cada vez mais presente à busca por outro estado brasileiro que atenda às suas necessidades no percurso já estudado por elas antes de migrar. Além do estado de São Paulo, principal ponto de destino do país, outros estados do Brasil têm despertado o deslocamento de mulheres, atraídas pela cultura local, áreas mais desenvolvidas economicamente, maior oferta de emprego, na busca de melhores condições de vida para si e os seus dependentes no local de origem.

Nesse sentido, foi possível mostrar que, até o presente momento, não se constata pesquisas relacionadas com a temática proposta, que trata de analisar a migração interestadual feminina cearense, procurando saber quantas são e sua inserção ocupacional no mercado de trabalho nas Unidades da Federação do Brasil e no Distrito Federal.

METODOLOGIA

Esta seção apresenta os principais procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento do estudo acerca da emigração interestadual da mulher cearense.

FONTE DE DADOS, RECORTE TEMPORAL E TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES

Para atingir os objetivos propostos, os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílios (PNAD), do ano de 2015, é a principal fonte de dados. Este recorte temporal é justificado em função da PNAD 2015 ser a pesquisa mais recente para a extração de informações sobre migrações internas no Brasil. Portanto, faz-se a análise da mulher que emigrou do Ceará para outras Unidades da Federação do país, bem como o Distrito Federal. Por sua vez, a extração das variáveis foi realizada com o uso do software estatístico *Statistical Package For The Social Science* (SPSS), além do Excel para a criação e formatação das tabelas e o QGIS para o processamento das figuras/mapas.

DEFINIÇÕES ADOTADAS NO ESTUDO

Emigrante Interestadual – mulher e homem com 10 anos ou mais de idade, natural do Ceará que, na data de referência da pesquisa, residia em outra Unidade da Federação, mas em uma data fixa (exatamente cinco anos antes do recenseamento) morava no Ceará.

A respeito da matriz migratória, ela foi elaborada para as vinte e seis unidades federativas e o Distrito Federal que formam o Brasil. Dessa maneira, a matriz interestadual apresenta-se da seguinte forma:

$$A = \begin{bmatrix} a_{11} & \dots & a_{1j} \\ \vdots & \ddots & \vdots \\ a_{j1} & \dots & a_{jj} \end{bmatrix} \quad (1)$$

A_{ij} = Saída da(o) migrante do estado i (Ceará) para o estado j (demais unidades federativas e o Distrito Federal);

Σ = Total de mulheres e homens que emigram (saem) do estado 1 (Ceará) para as demais unidades federativas e o Distrito Federal;

$$a_{11} = a_{22} = a_{33} = \dots = a_{ij} = 0$$

É preciso destacar que todos os conceitos e indicadores apresentados a seguir estão de acordo com os arquivos da PNAD. Isso porque, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), propicia uma cobertura territorial nacional e disponibiliza informações conjunturais sobre a força de trabalho anual (PNAD, 2015 p. 16-20).

A PNAD define como População Ocupada (PO) as pessoas com 10 anos ou mais de idade ocupados e com remuneração, e os ocupados sem remuneração que tiveram sua jornada de trabalho contabilizada em 15 horas ou mais por semana.

Já a População Desempregada (PD) diz a respeito às pessoas com 10 anos ou mais de idade que declararam sua situação ocupacional como desempregados, mas que buscaram por emprego num período de referência de (30 dias).

As variáveis sobre o mercado de trabalho na semana de referência foram desagregadas e classificadas da seguinte maneira, conforme a PNAD 2015:

- i. Condição de ocupação: i) ocupado; ii) desocupado
- ii. Posição na ocupação no trabalho principal: i) empregada com carteira de trabalho assinada, ii) empregada sem carteira de trabalho assinada; iii) trabalhador doméstico com carteira assinada; iv) trabalhador doméstico sem carteira assinada; v) Conta própria; vi) Trabalha na produção para o próprio consumo, vii) Não remunerado.
- iii. Atividade econômica no trabalho principal conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE): i) agrícola, ii) indústria de transformação, iii) construção, iv) comércio e reparação, v) alojamento e alimentação, vi) administração pública, vii) educação, saúde e serviços sociais, viii) serviços domésticos ix) outros serviços coletivos, sociais e pessoais; x) outras atividades
- iv. Horas trabalhadas no trabalho principal: i) 15 a 39h, ii) 40 a 44h, iii) 45 a 48h, iv) 49 ou mais.
- v. Rendimentos no trabalho principal em salário mínimo: i) até 0,5 SM, ii) 05 a 1,0 SM, iii) 1,0 a 1,5 SM, iv) 1,5 a 2,0 SM, v) 2,0 a 3,0 SM, vi) 5,0 ou mais SM.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a apresentação da metodologia proposta para atingir os objetivos apresentados, esta seção descreve a distribuição espacial da mulher e do homem natural do Ceará que emigrou para as vinte e seis unidades federativas e o Distrito Federal. Isso porque, é de grande importância compreender e analisar o processo migratório masculino e, principalmente, o feminino, população alvo deste estudo, em relação aos estados de destino do país e o Distrito Federal, uma vez que, os estudos direcionado para mulher migrante são escassos. Contudo, inicialmente, a Tabela 1 compara o volume migratório entre homens e mulheres que partiram do Ceará para outros estados e o Distrito Federal, entre 2010/2015.

A emigração cearense no interregno em estudo, soma 78.633 pessoas, sendo que as mulheres totalizam um volume de 42.449 (53,99%) pessoas, enquanto os homens são minoria com 36.184 (46,01%). Essa primeira informação, em certa medida, ratifica o que aponta a literatura internacional (Ballera, 2002; Mendoza, 2005) e nacional (Silva, 2011; Bassanezi, 2012) sobre o aumento da presença feminina nas migrações.

Fica visível na Tabela 1 e na Figura 1 que a região Sudeste permanece como o destino preferido dos homens (45,51%) e, principalmente, das mulheres (51,26%). Portanto, ambos os sexos buscam localidades com melhores chances de serem inserida(o)s no mercado de trabalho, capaz de adquirir educação e ter melhor

qualidade de vida. Com isso, a região Sudeste do Brasil funciona como polo de grande atração. Entretanto, em alguns casos, especialmente as mulheres, elas acabam aceitando trabalhos mal pagos, na informalidade e com condições precárias, a exemplo do trabalho doméstico, que funciona como uma porta de acesso.

Tabela 1. Volume da emigração masculina e feminina cearense para o Distrito Federal e Unidade da Federação de destino – 2010/2015

UFs de destino	Masculino		Feminino	
	Abs.	%	Abs.	%
Rondônia	0	0,00	270	0,64
Acre	0	0,00	175	0,41
Amazonas	0	0,00	0	0,00
Roraima	0	0,00	414	0,98
Pará	1.438	3,97	1.234	2,91
Amapá	0	0,00	0	0,00
Tocantins	506	1,40	507	1,19
Norte	1.944	5,37	2.600	6,12
Maranhão	3.008	8,31	752	1,77
Piauí	1.689	4,67	562	1,32
Rio Grande do Norte	707	1,95	4.241	9,99
Paraíba	3.878	10,72	4.524	10,66
Pernambuco	769	2,13	275	0,65
Alagoas	0	0,00	0	0,00
Sergipe	1.101	3,04	367	0,86
Bahia	2.239	6,19	3.023	7,12
Nordeste	13.391	37,01	13.744	32,38
Minas Gerais	5.057	13,98	3.509	8,27
Espírito Santo	0	0,00	0	0,00
Rio de Janeiro	3.812	10,54	5.128	12,08
São Paulo	7.599	21,00	13.121	30,91
Sudeste	16.468	45,51	21.758	51,26
Paraná	672	1,86	671	1,58
Santa Catarina	717	1,98	0	0,00
Rio Grande do Sul	987	2,73	253	0,60
Sul	2.376	6,57	924	2,18
Mato Grosso do Sul	0	0,00	442	1,04
Mato Grosso	0	0,00	0	0,00
Goiás	1.357	3,75	1.357	3,20
Distrito Federal	648	1,79	1.624	3,83
Centro-Oeste	2.005	5,54	3.423	8,06
Total	36.184	100,00	42.449	100,00

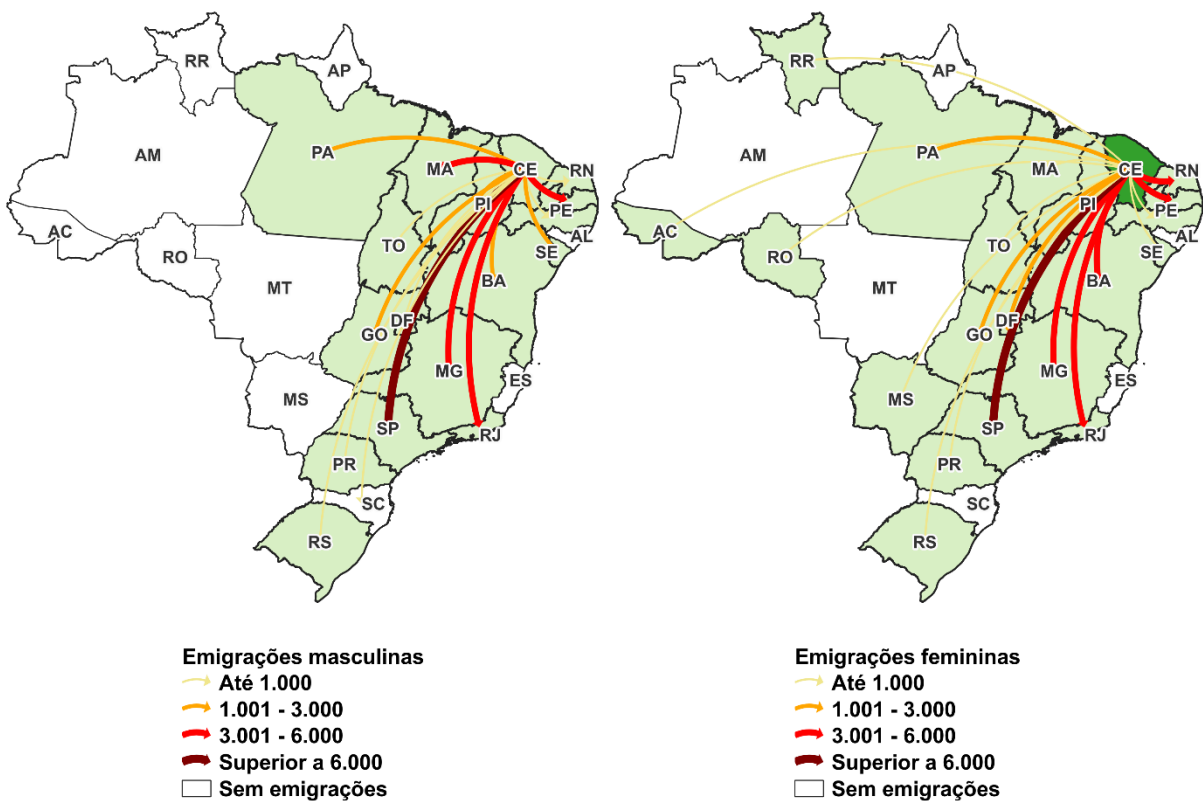
Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015

Quanto as outras grandes regiões, o Nordeste é a segunda principal área de recepção do fluxo delas (32,38%) e, especialmente, do masculino (37,01%), seguido

de longe pelo Centro-Oeste, Norte e Sul, no qual cada região não atinge nem 10% da migração feminina e masculina que partiu do Ceará, entre 2010/2015.

Com relação a região Nordeste, a atratividade pode estar correlacionada com à busca por percursos menores, com à presença de oportunidades e inserção no mercado de trabalho mais próximo. Baeninger (2012) exemplifica que os atuais movimentos migratórios se fundamentam por uma nova tendência, na qual apresentam trajetos de distâncias menores.

Figura 1. Mapa de fluxo da emigração masculina e feminina cearense para o Distrito Federal e Unidade da Federação de destino – 2010/2015



Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015.

Em nível estadual, São Paulo foi o principal destino dos homens (21,0%), com destaque para as mulheres (30,91%). O segundo estado mais atrativo foi o Rio de Janeiro, com representatividade de 12,08% para elas, enquanto eles preferiram Minas Gerais (13,98%). Batista (2010, p. 30) ressalta que a pobreza e a necessidade de mudar de vida faz com que o(a) migrante encare o desafio de sair do seu lugar de origem, com destino às regiões/estados mais desenvolvidos, uma vez que, em geral, são de famílias carentes e não possuem renda devido à falta de trabalho no seu berço de origem.

Dado que o objetivo principal deste estudo é analisar a emigração feminina que partiu do Ceará e a sua inserção no mercado de trabalho de destino, a partir da Tabela 2, o foco de análise são as mulheres migrantes. Portanto, no que se refere à condição de ocupação da mulher emigrante, predomina um total de 79,3% na condição de ocupada, sendo que em Roraima, Pará, Maranhão, Piauí, Rio de Janeiro, São Paulo e o Distrito Federal lideram com 100,0% em tal condição, seguido pelo Rio Grande do

Norte e Paraíba com 75,0% cada, logo após aparece Goiás (50,0%), Bahia (41,1%) e Minas Gerais (34,8%).

Tabela 2. Mulheres emigrantes do Ceará para o Distrito Federal e Unidade da Federação de destino, segundo condição de ocupação, na semana de referência – 2010/2015

UFs de destino	Condição de ocupação		Total (%)
	Ocupada	Desocupada	
Roraima	100,0	0,0	100,0
Pará	100,0	0,0	100,0
Tocantins	0,0	100,0	100,0
Maranhão	100,0	0,0	100,0
Piauí	100,0	0,0	100,0
Rio Grande do Norte	75,0	25,0	100,0
Paraíba	75,0	25,0	100,0
Pernambuco	0,0	100,0	100,0
Bahia	41,1	58,9	100,0
Minas Gerais	34,8	65,2	100,0
Rio de Janeiro	100,0	0,0	100,0
São Paulo	100,0	0,0	100,0
Rio Grande do Sul	0,0	100,0	100,0
Goiás	50,0	50,0	100,0
Distrito Federal	100,0	0,0	100,0
Total	79,3	20,7	100,0

Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015.

Assim, as mulheres que emigraram para os grandes centros urbanos estão na posição de ocupadas, devido às maiores chances de inserção no mercado de trabalho, seja ele formal ou informal e em distintas ocupações. Conforme salienta Bruschine (1998), o que caracteriza a fácil ocupação e a rápida inserção da mulher migrante no mercado de trabalho, é a possibilidade de conseguir emprego nos serviços domésticos, caracterizado como um ponto de partida inicial para um novo recomeço e novas tomadas de decisões.

Por outro lado, as mulheres que emigram e se encontram na condição de desocupada, representam 20,7%. Contudo, os maiores percentuais de desocupação estão nos estados de Tocantins, Pernambuco e o Rio Grande do Sul, com 100,0%. Minas Gerais com 65,2%, Bahia com 58,9%, Rio Grande do Norte e Paraíba com um percentual de 25,0%, cada. A dificuldade para serem inseridas na condição de ocupadas, está atrelada ao status de acompanhantes, baixo nível de escolaridade e sem experiência profissional, enquanto mulheres com um nível de escolaridade mais elevada são menos afetadas pelo desemprego (Jones, 1993).

Através da Tabela 3 é possível verificar a posição ocupacional da mulher emigrante do Ceará, com destaque para aquelas que tem carteira assinada, que representa 45,5% do total. Nos estados da Bahia, Minas Gerais e Goiás figuram com 100%, acompanhado pelo Distrito Federal (75,0%), Pará (71,6%), São Paulo (51,1%) e Rio de Janeiro (51,0%). Em geral, áreas industrializadas e comércio e serviços

diversificado é um fator de atração importante, possibilitando a inserção no mercado de trabalho.

Por outro lado, empregadas sem carteira de trabalho assinada são 100% em Roraima, acompanhada de longe pelo Distrito Federal (25,0%) e São Paulo (16,3%). É provável que devido à elevada taxa de desemprego, baixo nível de escolaridade e até mesmo pela urgência e necessidade de serem inseridas em posto de trabalhos, mesmo sem registros, acabam aceitando tal ocupação. De acordo com Cardoso (2002), a inserção de mulheres no mercado de trabalho com baixa qualificação profissional as encaminham para aceitação de posto de trabalhos sem perspectiva de acesso aos direitos trabalhistas ou qualquer outro tipo de benefício correlacionado a sua função ocupacional.

Tabela 3. Mulheres emigrantes do Ceará para o Distrito Federal e Unidade da Federação de destino, ocupadas na semana de referência, segundo posição na ocupação no trabalho principal – 2010/2015

UFs de destino	Posição na ocupação no trabalho principal referência							Total (%)
	ECA	ESA	TDCCA	TDSCA	CP	TPCP	NR	
Roraima	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Pará	71,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	28,4	100,0
Maranhão	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0
Piauí	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	100,0
Rio G. do Norte	0,0	0,0	0,0	33,3	33,3	0,0	33,3	100,0
Paraíba	33,3	0,0	0,0	0,0	66,7	0,0	0,0	100,0
Bahia	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Minas Gerais	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Rio de Janeiro	50,0	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0	100,0
São Paulo	51,1	16,3	16,3	0,0	16,3	0,0	0,0	100,0
Goiás	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Distrito Federal	75,0	25,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Total	45,5	9,4	6,3	7,8	22,4	3,3	5,3	100,0

Legenda: ECA – Empregada com carteira assinada; ESA – Empregada sem carteira assinada; TDCCA – Trabalhadora doméstica com carteira assinada; TDSCA – Trabalhadora doméstica sem carteira assinada; CP – Conta própria; TPCP – Trabalhadora na produção para consumo próprio; NR – Não remunerada.

Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015.

No que diz a respeito às mulheres que emigraram do Ceará e ocupam a função de trabalhadoras domésticas com carteira assinada, somente no estado de São Paulo elas estão nessa posição e com apenas 16,3%. No caso daquelas que trabalham sem carteira assinada como domésticas, o percentual é bem maior, notadamente no Rio de Janeiro (50,0%) e Rio Grande do Norte (33,3%). Para Bruschine (1998), um dos principais aspectos que caracteriza o mercado de trabalho e uma rápida inserção da mulher migrante, é a possibilidade de conseguir emprego nos serviços domésticos, com carteira ou sem carteira assinada, nos grandes centros urbanos do Brasil, uma vez que saem do seu berço de origem por não terem escolhas, aceitam trabalhos mal pagos no local de destino, a fim de se manter, até que possam encontrar novos projetos de vida.

Quanto às que trabalham por conta-própria, Maranhão (100,0%), seguido por Paraíba (66,7%) e Rio Grande do Norte (33,3%), caracterizado por uma migração de curta distância, são os destaques. Enquanto no Piauí, 100,0% trabalham na produção para o próprio consumo. Grande parte dessas mulheres que aparecem nessas ocupações, conforme aponta Rivero (2009), pode não ser necessariamente por uma simples escolha ou decisão individual, mas devido à falta de oportunidade de inserção no mercado de trabalho.

Chama atenção também as não remuneradas no Pará (28,4%) e Rio Grande do Norte (33,3%), possivelmente são mulheres desempregadas ou esposas responsáveis pela manutenção da casa e da família (Vaitsman, 1994).

A análise da Tabela 4 aponta que a atividade predominante das mulheres que emigram do Ceará foi em alojamento e alimentação, que corresponde a um total 28,0%. Bahia e Goiás foram os destaques, com 100% cada, seguido pelo Rio Grande do Norte (66,7%) e o estado de São Paulo (32,6%). Tradicionalmente o setor de serviços, como alojamento (pensionatos, casa de estudante) e, especialmente, no ramo de alimentação, demanda mais a mão de obra feminina, mostrando a preponderância em ações associadas ao cuidado.

Contudo, chama atenção a participação feminina de 21,6% no comércio e reparo, especialmente no estado de Roraima e Minas Gerais, com participação de 100% em cada, e 50% no Distrito Federal, 33,7% em São Paulo e 28,4% no Pará. A atividade de reparação de veículos automotores e motocicletas é um nicho masculino, mas ao longo dos anos vem aumentando a participação feminina. Em parte, isto se explica por esses estados terem um setor industrial importante.

Tabela 4. Mulheres emigrantes do Ceará para o Distrito Federal e Unidade da Federação de destino, ocupadas na semana de referência, segundo atividade econômica no trabalho principal – 2010/2015

UFs de destino	Atividade econômica no trabalho principal para pessoas de 10 anos ou mais de idade										Total (%)
	AGR.	IT	CC	CR	AA	AP	ESSS	SD	OSCP	OA	
Roraima	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Pará	0,0	0,0	71,6	28,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Maranhão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Piauí	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Rio G. do Norte	0,0	0,0	0,0	0,0	66,7	0,0	0,0	33,3	0,0	0,0	100,0
Paraíba	0,0	66,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	33,3	100,0
Bahia	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Minas Gerais	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Rio de Janeiro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50,0	0,0	50,0	100,0
São Paulo	0,0	17,4	0,0	33,7	32,6	0,0	0,0	16,3	0,0	0,0	100,0
Goiás	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Distrito Federal	0,0	0,0	0,0	50,0	0,0	25,0	0,0	0,0	25,0	0,0	100,0
Total	3,3	14,3	3,0	21,6	28,0	1,9	4,4	14,1	1,9	7,5	100,0

Legenda: AGR. – Agrícola; IT – Indústria de transformação; CC – Construção civil; CR – Comércio e reparo; AA – Alojamento e alimentação; AP – Administração pública; ESSS – Educação, saúde e serviços sociais; SD – Serviços domésticos; OSCSP – Outros serviços coletivos, sociais e pessoas; AO – Outras atividades.

Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015.

Enquanto na indústria de transformação a Paraíba com 66,7% lidera com uma porcentagem expressiva da presença de mulheres nessa ocupação, na construção civil, o Pará é o destaque com 71,6% nesse segmento. Conforme salienta Gomes (2005), a participação das mulheres no mercado de trabalho, em nichos masculino, provocou grandes transformações positivas no mercado, na família e na sociedade.

Na administração pública, o Distrito federal oferta milhares de vagas em diversos órgãos público, devido Brasília ser a capital do país, com isso, 25,0% das mulheres que emigraram do Ceará estão nessa ocupação. Quanto a educação, saúde e serviços sociais, o Maranhão se destaca com 100,0%. Nos estudos de Bruschini (2007), a autora enfatiza que as mulheres com mais conhecimentos têm se inseridos em profissões mais bem remuneradas e em cargos de prestígio.

Por sua vez, no serviço doméstico, constata-se que no Rio de Janeiro corresponde a um percentual de 50,0%, seguido pelo Rio Grande do Norte com 33,3% e São Paulo com 16,3%. A condição do serviço doméstico não se trata apenas de uma mera escolha, mas devido à falta de outras oportunidades em outros segmentos ou baixa escolaridade (Ávila, 2008).

Enquanto em outros serviços, coletivos, sociais e pessoais, o Distrito federal aparece com um percentual de 25,0% de mulheres nessas atividades. Em outras atividades, o Rio de Janeiro representa 50,0%, enquanto a Paraíba conta com 33,3%. Melo e Thomé (2018) reitera que a mulher passou por um lento desenvolvimento até a sua inserção em posto de trabalhos domésticos, terceirizado, atividades do comércio, serviços sociais ou prestação de serviços para empresas.

Os dados das Tabela 5 revelam as horas trabalhadas no trabalho principal das mulheres emigrantes, sendo que um total de 57,3% se dedica de 40 a 44 horas, enquanto no caso de Roraima e Minas Gerais registra 100,0%, seguida por São Paulo (83,7%), Distrito Federal (75,1%), Rio Grande do Norte (66,7%) e Rio de Janeiro (50,0%). Em contrapartida, com 45 a 48 horas trabalhadas aparecem Bahia e Goiás, com percentual de 100,0%. Nota-se que esse resultado é um fato mais presente, principalmente para mulheres inseridas na indústria e no comércio, que demandam mais tempo e muitas vezes se fez necessário a realização de horas extras (Jorge, 2004). Assim, ainda se faz presente a dificuldade e exploração enfrentadas por elas para lidar com a dupla jornada em seu ambiente familiar e fora dele.

Enquanto de 15 a 39 horas, somente o Piauí aparece com 100,0%. Por sua vez, acompanhado de longe pelo Rio de Janeiro (50,0%), Paraíba (33,3%), Pará (28,4%) e São Paulo (16,3%), com percentuais menores. As ocupações que apresentam uma jornada de trabalho mais flexível/menor, tendem a ajudá-las na inserção no mercado de trabalho e conciliar com o trabalho domiciliar (Costa, 2007).

Chama atenção as quantidades de horas trabalhadas de 49 ou mais, sendo que o Maranhão surge com 100,0%, Pará com 71,6%, Rio Grande do Norte e Paraíba com 33,3%, cada. A emigração de curta distância para outros estados nordestino se faz presente nos resultados e, com isso, é possível verificar que muitas das vezes as mulheres são submetidas a posto de trabalhos precários e com alta vulnerabilidade, trabalhando além do seu limite. Conforme aponta Rago (2017), o marco do início da atividade profissional das mulheres, em ambiente fabril, elas passaram a sofrer com uma rotina desgastante, desde a exploração com carga horária laboral elevada, baixa remuneração, a maus tratos, sendo julgadas como frágeis emocionalmente e vulneráveis.

Tabela 5. Mulheres emigrantes do Ceará para o Distrito Federal e Unidade da Federação de destino, ocupadas na semana de referência, segundo horas trabalhadas no trabalho principal – 2010/2015

UFs de destino	Horas trabalhadas				Total (%)
	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou	
Roraima	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0
Pará	28,4	0,0	0,0	71,6	100,0
Maranhão	0,0	0,0	0,0	100	100,0
Piauí	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Rio Grande do Norte	0,0	66,7	0,0	33,3	100,0
Paraíba	33,3	33,3	0,0	33,3	100,0
Bahia	0,0	0,0	100,0	0,0	100,0
Minas Gerais	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0
Rio de Janeiro	50,0	50,0	0,0	0,0	100,0
São Paulo	16,3	83,7	0,0	0,0	100,0
Goiás	0,0	0,0	100,0	0,0	100,0
Distrito Federal	0,0	75,1	24,9	0,0	100,0
Total	18,2	57,3	9,1	15,3	100,0

Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015.

Com relação ao rendimento no trabalho principal, a Tabela 6 aponta que de 1,0 a 1,5 salário mínimo predomina um total de 37,9%, mas Roraima, Bahia e Goiás figuram com 100,0%, enquanto São Paulo (51,1%), Rio de Janeiro (50,0%), Paraíba (33,3%) e o Distrito Federal (25,0%) também se destacam, mas com um menor percentual. Apesar da maioria terem o ensino médio, tabela omitida⁴ neste estudo (11 anos de estudos), e empregadas no comércio e reparação, alojamento e alimentação, indústria de transformação e serviços domésticos (Tabela 4), Leite (2004) salienta que a participação da mão de obra feminina em empresas de menores porte, as encaminham para baixos salários e pouca visibilidade, bem como a oferta de salários inferiores à dos homens.

Por outro lado, o rendimento de 0,5 a 1,0 salário mínimo aponta um total de 24,8%, compreendidos por Minas Gerais com 100,0%, e também são expressivos no Rio Grande do Norte e Paraíba, com 33,3% cada, São Paulo com 32,6% e o Distrito Federal com 25,0%. Chama atenção os grandes centros urbanos industrializados pagando baixos salários. É importante salientar, como foi explicado ao longo do trabalho, que apesar da maioria possuir o ensino médio, devido à falta de experiência, crise econômica e alta taxa de desemprego no país, as encaminham para empregos que remuneram mal.

Contudo, aquelas que ganham 3,0 ou mais salário, apresentam somente 13,0%, sendo o destaque o Maranhão com 100,0%, que simboliza uma emigração, em certa medida, bem-sucedida, pois identificou-se que as mulheres que emigraram para esse estado possuem 15 ou mais anos de estudos, e boa parte estão ocupadas na educação, saúde e serviços sociais (Tabela 4), justificando esse rendimento. Por sua vez, nessa mesma faixa de rendimento e de raciocínio, tem-se o Pará com 71,6% das mulheres migrantes com 11 anos de estudos e segmentadas na construção civil;

⁴ Devido o objetivo principal deste ser a análise sobre a inserção da mulher emigrante do Ceará, no mercado de trabalho de destino, e não a respeito do perfil sociodemográfico da mesma.

Rio de Janeiro com 50,0% nessa faixa de rendimento, sendo que elas têm entre 11 e 15 ou mais anos de estudos, e o Distrito Federal com 25,0% ganhando esse rendimento, inseridas na administração públicas e outros serviços coletivo, sociais e pessoais, áreas que remuneram relativamente bem, principalmente quando a escolaridade conta com pessoas que possuem o ensino superior.

Tabela 6. Mulheres emigrantes do Ceará para o Distrito Federal e Unidade da Federação de destino, ocupadas na semana de referência, segundo rendimento no trabalho principal em salário mínimo – 2010/2015

UFs de destino	Rendimento no trabalho principal						Total (%)
	Até 0,5	0,5 a 1	1 a 1,5	1,5 a 2	2 a 3	3,0 ou mais	
Roraima	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Pará	28,4	0,0	0,0	0,0	0,0	71,6	100,0
Maranhão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0
Piauí	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Rio G. Norte	33,3	33,3	33,3	0,0	0,0	0,0	100,0
Paraíba	0,0	33,3	0,0	66,7	0,0	0,0	100,0
Bahia	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Minas Gerais	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Rio de	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	50,0	100,0
São Paulo	0,0	32,6	51,1	0,0	16,3	0,0	100,0
Goiás	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Distrito Fed.	0,0	25,0	25,0	24,9	0,0	25,0	100,0
Total	8,6	24,8	37,9	8,2	7,6	13,0	100,0

Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015.

Enquanto até 0,5 salário compreende um total de 8,6%, no Piauí, as mulheres que emigraram do Ceará estão em pior situação financeira, dado que 100,0% ganha até ½ salário mínimo. Rio Grande do Norte (33,3%) e Pará (28,4%) também tem percentual importante de mulheres que ganham pouco, e ao comparar os resultados com a Tabela 4, foi possível compreender que boa parte delas trabalham por conta própria, estão na posição de ocupação no trabalho doméstico sem carteira assinada e na posição de não remunerada, ratificando tais resultados. Conforme salienta Melo (1998), esse tipo de absorção no mercado de trabalho depende do local de destino, e é representado por mulheres com um perfil de baixo nível de escolaridade e pouca experiência profissional, que as encaminham para ganhos de baixo retorno.

No que diz a respeito aos rendimentos de 1,5 a 2,0 salário, corresponde a um total de 8,2 %, destaca-se de maneira surpreendente a Paraíba com 66,7%, e ao relacionar com a Tabela 4, os resultados mostram que são mulheres inseridas na atividade principal na indústria de transformação, seguido de longe pelo Distrito Federal com 24,9% inseridas no comércio e reparação. Já os rendimentos de 2,0 a 3,0 salários, tem-se um total de 7,6%, sendo que somente o estado de São Paulo se destaca com 16,3% nessa faixa salarial, dado que elas estão ocupadas na indústria da transformação, comércio e reparação, alojamento e alimentação (Tabela 4), com isso, centros industriais bem desenvolvidos, compostos por grandes empresas e comércios, ofertam salários mais compatíveis com a atividade e escolaridade.

Portanto, os dados revelam que o trabalho da mulher que emigrou do Ceará não está presente somente como trabalho doméstico sem ou com carteira assinada,

muitas delas estão cada vez mais em postos de trabalho com maior projeção social e econômica, mesmo com os desafios encontrados pelo caminho, estão se tornando visíveis e ocupando bons cargos e, em alguns estados, com remuneração mediana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste estudo foi analisar a inserção ocupacional das mulheres emigrantes do Ceará nas 26 Unidades da Federação do país e no Distrito Federal, entre os quinquênios de 2010/2015, dado que até o presente momento não se conhece estudos sobre o tema.

Os primeiros resultados, a partir da revisão da literatura, mostram que no Brasil as migrações internas representam um dos fenômenos sociais importantes, movido pela redistribuição espacial da população pelo território nacional. A partir da década de 1970, cresce a produção de estudos visando entender as causas e os motivos dos deslocamentos da população brasileira. Contudo, poucos abordam mulheres na migração e sua inserção no mercado de trabalho, muito menos aquelas que emigraram do Ceará para outras Unidades da Federação.

Com relação aos principais resultados, constatou-se que a emigração de mulheres que partiram do Ceará, entre o quinquênio 2010/2015, em termos de volume supera o fluxo masculino, e o principal destino delas é a região Sudeste, sendo que tal dinâmica é explicada pelo desenvolvimento econômico da região e maior oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Por outro lado, a região Nordeste apresentou-se como a segunda mais atrativa, mostrando a importância da emigração no fluxo de média distância (intra-regional). Por sua vez, os estados mais atrativos foram São Paulo, Rio de Janeiro, Paraíba e Rio Grande do Norte, enquanto os menos atrativos foram Acre, Rondônia, Rio Grande do Sul e Pernambuco.

Quanto aos resultados da inserção no mercado de trabalho, grande parte estão ocupadas com registro em carteira, na atividade de alojamento e alimentação, com uma carga horária de trabalho 40 a 44 horas semanais, e rendimento entre 1,0 a 1,5 salário mínimo.

Através desse estudo, conclui-se que além dos espaços no mercado de trabalho e novos destinos que as mulheres emigrantes cearenses vêm conquistando, ainda há um grande caminho a ser alcançado para garantir melhores rendimentos, condições de vida e de trabalho e, com isso, romper com as barreiras no local de destino pelo fato de ser mulher e ser emigrante.

Cabe salientar que futuros estudos devem analisar a emigração de mulheres cearenses com outros recortes geográficos, a fim de constatar se esse processo traz resultados diferentes, visto que outras cidades e grandes regiões, por exemplo, possuem características econômicas e sociais diferentes dos estados e do Distrito Federal, foco de análise deste estudo. Assim, sugere-se a continuidade de trabalhos com essa temática, que pode dar espaço e voz às minorias histórica e culturalmente definidas por diferentes tipos de opressão, dado que as estruturas demográficas brasileira e cearense apontam para maior número de mulheres na população, em termos absolutos, bem como de emigrantes no quinquênio 2010/2015.

REFERÊNCIAS

- ARIZPE, L. "**Migração e Cultura: as redes simbólicas futuro**", Nexos, 2004.
- ASSIS, G. O. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 745-747, jan. 2007.
- ÁVILA, M. B. Algumas questões teóricas e políticas sobre emprego doméstico. In: **Reflexões feministas sobre informalidade e trabalho doméstico**. ÁVILA, M. B. et al. (Org.), 1ª edição, SOS CORPO, Recife, 2008.
- BAENINGER, R. A. Fases e faces da migração em São Paulo. 1. ed. Campinas, SP: **Núcleo de Estudos de População**, 2012.
- BALLERA, M. **fluxos migratórios e globalização econômica: seu impacto na feminização das migrações**, 2022.
- BASSANEZI, M. S. **Mulheres que vêm, mulheres que vão**. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Org.). Nova história das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, p. 169-193, 2012.
- BATISTA, E. H. A. "**Povos de Santana**": **condições de vida e mobilidade espacial no Norte do estado de Minas Gerais**. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.
- BRITO, F. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios recentes. In: **VI Encontro Nacional sobre Migrações**. Campinas: ABEP, v.1, 2009.
- BRUSCHINI, M. C. Gênero e trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985 a 1995). In: ROCHA, M. I. B. (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP; NEPO/UNICAMP, 1998.
- CACOPARDO, M. Estrangeiro na Argentina e argentina no exterior. **Buenos Aires: Editorial Biblos**, 2011.
- CARDOSO, A. F. "Migração Internacional: os blocos regionais e a mobilidade mundial de mão de obra". **São Paulo Perspectiva**, v. 16, n. 2, p. 112-124, 2002.
- CARVALHO, S. N. Condicionantes e possibilidades políticas do planejamento urbano. In: VITTE, C. C. S.; KEINERT, T. M. M. (Org.). **Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- CASTRO, J.Y.C. **A hora las mujeres se mandan solas**: migración y relaciones de gênero em una comunidad mexicana transnacional llamada Pie de Gallo. Tese de Doutorado, Universidad de Granada, 2006.
- CHANT, S. and RADCLIFFE, Sarah. "**Migration and Development: The Importance of Gender**". In: CHANT, Silvia (ed.). **Gender and Migration in Developing Countries**. London and New York: Belhaven Press, 1992.

COSTA, J. **Determinantes da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 2007.

FERREIRA, A. A aventura da sobrevivência. **As migrações cearenses na década de 1990**. 1. ed. Fortaleza: Edições BNB, v. 1, 2007.

GAGO, V. O direito neoliberal. Economias barrocos populares e pragmática. **Buenos Aires, Tinta Limón**, 2014.

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

GOMES, A. F. **O outro no trabalho: mulher e gestão**. *Revista de Gestão USP*, São Paulo, v. 12, n. 13, p. 1-9, 2005.

GHOSH, J. **Migração e empoderamento sexo: tendência recentes e questões emergentes programa de desenvolvimento da ONU**, 2009.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós Modernidade**. Rio de Janeiro: tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro – 7. ed. DP& A editora, 2002.

HUANG, S. B; Yeoh. **O sexo diferença: renda, política e estado contratar trabalhadores migrantes em Cingapura**, 2003.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015**, Rio de Janeiro-RJ, 2015.

JACQUET, C. **Projetos matrimoniais e escolhas migratórias: o caso das empregadas domésticas de Fortaleza**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, v.1, 2, 2000.

JORGE, F. F. N; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. **Manual de Direito do Trabalho - Tomo II**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

JONES, G. The role of female migration in development. In: **INTERNAL MIGRATION OF WOMEN IN DEVELOPING COUNTRIES**, Aguascalientes, México, 1991.

JONES, G. The role of female migration in development. In: **INTERNAL MIGRATION OF WOMEN IN DEVELOPING COUNTRIES**, 1991, Aguascalientes, México. **Proceedings of the United Nations expertmeeting on the feminization of internal migration**. New York: United Nations, 1993.

KOFMAN, E. e outros. **Gênero e Migração Internacional na Europa: Emprego, Assuntos Sociais e Política**, 2000.

LEITE, M. de P. Tecendo a precarização: gênero, trabalho e emprego na indústria de confecções de São Paulo. In: **Encontro Anual Da ANPOCS**, 28, 2004, Caxambu, MG. [Anais]. CD- ROM. 2004.

LICUANAN, P. **O impacto sócio-económico da migração trabalhador doméstico**, Indivíduo, família, comunidade, país. Em N. Heyzer; E N. G. Lycklama Weerakoon

(eds.), O Comércio de Trabalhadoras Domésticas (p.103-116). London: Zed Books Ltd, 1994.

LUTZ, H. 2010. Gênero no processo migratório. **Revista de estudos étnicos e de migração**, v. 36, n. 10, 1647-1663, 2010.

LYRA, M. R. S. B. **O processo de migração de retorno no fluxo Pernambuco - São Paulo – Pernambuco**. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2003.

MAIA, C. J. **“Lugar” e “Trecho”: migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha**. 194 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa, 2000.

MATA, M. Urbanização e migração internas. In MOURA, H (org), 1973.

MELO, H. P. O Serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 15, 1998.

MELO, H. P.; THOMÉ, D. Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores. Rio de Janeiro: **Fundação Getúlio Vargas (FGV)**, 2018.

MENDOZA, C. La migración femenina en el contexto de cambio de patrón migratorio México-Estados Unidos: Aportes de cuatro encuestas mexicanas de los noventa. **El Seminario Internacional: Mobiliés au femenin**, 2005.

MEZZADRA, S.; NEILSON B. A fronteira como um método. **Buenos Aires: Tinta Limón**, 2016.

MONREAL, M.; Povedando A.; Rodriguez, A. **Mulheres migrantes**. Em Musitu G. (Ed.), **Mulheres e Migração: Novos desafios na América Latina**. (p. 203-238). México: Trillas. Montane, M. (2006). Mulheres passagem das fronteiras. Um olhar para refletir, 2012.

MOROKVASIC, M. 1974, **Emigração de mulheres e Transformação Social subsequente com especial referência à Jugoslávia**.

MOURA, Hélio Augusto; COELHO, José Olímpio Marques. **Migrações para as grandes cidades do nordeste: intensidade e características demográficas**. Banco do Nordeste do Brasil SA, 1975.

PHIZACKLEA, A. (1983). Introdução. In: Phizacklea Ann, Ed, **Um bilhete da maneira. migração e Feminino Trabalho**, pp 1-13. London: Routledge & Kegan Paul plc.

QUEIROZ, S. N. **Migração para o Ceará nos anos 90**. Paraíba, 2003. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Economia-CCSA, Universidade Federal da Paraíba.

QUEIROZ, S. N. **Migrações, retorno e seletividade no mercado de trabalho cearense**. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP/IFHC, 2013.

QUEIROZ, S. N. SANTOS, J. M. Saldos Migratórios: Uma Análise por Estados e Regiões do Brasil (1996-2006). **Revista Econômica do Nordeste**, v. 42, p. 309-332, 2011.

RAGO, M. **Trabalho Feminino e Sexualidade**. In Priore, M. D. (Org.) História das Mulheres no Brasil. (10a Ed. pp. 578 – 606). São Paulo: Contexto, 2047.

RIVERO, P. S. Trabalho: opção ou necessidade? Um século de informalidade no Rio de Janeiro. Belo Horizonte: Argvmentvm, **Coleção Trabalho & Desigualdade**, 2009.

ROSSINI, R. E. A migração como expressão da crescente sujeição do trabalho ao capital. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 65, 1986, Águas de São Pedro. **Anais...** Olinda: ABEP, 1986.

SANTOS, L. dos. Recontando os pontos do bordado. Um estudo do trabalho a domicílio Araraquara, 1934-1957). **Cadernos CERU**, São Paulo, v. 2, p. 113-129, 1999.

SILVA, E. J. da. Do campo para a cidade: as relações de gênero e o êxodo das jovens mulheres. **III Seminário Nacional Gênero e práticas culturais**. João pessoa – PB, 2011.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: SINGER, P. Economia política da urbanização. São Paulo: Editora Brasiliense e Cebrap, 1987, p. 29-60.

VAITSMAN, J. **Flexíveis e Plurais: Identidades, casamento e família em circunstâncias pós-moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

WOO, M. O. **As mulheres também vão para o norte**, Mexico, 2001.